Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0054/2026–

COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: dia 22/09/2026 ás 23:59 HORAS

O edital estará disponível no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191 Ramal 9179

Pirapora do Bom Jesus, 17 de setembro de 2026.

ANDRIELLE CRISTINA DE AGUIAR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

DISPENSA DE VALOR Nº 0054/2026

PROCESSO Nº 0644/2026

FUNDAMENTO: ART. Nº. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS** torna público que se acha aberto, nesta unidade, contratação direta na modalidade DISPENSA critério de julgamento **GLOBAL**, objetivando a Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem esportiva, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer**, nos termos Artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: do dia 17/09/2026 ao dia 22/09/2026 ás 23:59 HORAS

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem esportiva, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer**.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos.

Anexo I– Termo de Referencia

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo declaração conjunta;

Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

2. LOCAL E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas, conforme o modelo Anexo II deverá ser encaminhado ao e-mail compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br indicando ao assunto "Proposta – Dispensa de Valor n.º 0054/2026, devidamente assinada juntamente com as Declarações dos Anexos III e IV.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele correrão integrante.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das futuras aquisições do objeto desta Contratação direta correrão à conta dos recursos provenientes do consignado no orçamento vigente das Secretaria Municipal abaixo relacionada:

Secretaria de Obras

Recurso Próprio

D.R. 01.110.0000 Ficha 382

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para contratação será de **R$ 21.600,00**

5. PRAZO E PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

5.1 A execução dos serviços terá início em **03 de outubro de 2026**, com término previsto para **21 de novembro de 2026**, de acordo com o calendário oficial do Campeonato Municipal de Futsal 2026.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta contratação direta os interessados que:

a) Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação exigida para a participação do procedimento de contratação direta;

b) Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.2 A participação neste certame é destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48 e art 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

6.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta contratação direta, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

6.6 **Microempresa –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

6.7 **Empresa de Pequeno Porte –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.8 Somente será aplicado o disposto no item anterior se houver, pelo menos 03 (três) proponentes que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participando. 6.9. As interessadas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão enviar proposta, pois caso não haja 03 (três) Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será admitida a participação de todas as licitantes.

6.9 A proponente deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam o seu desenquadramento dessa situação.

6.10 A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da a participante, conforme Anexo III, ou apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente.

6.11 A participação nesta contratação direta implica o reconhecimento pela a participante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

6.12 Será vedada a participação de empresas:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação direta, impossibilitada de participar da contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade a participante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da contratação direta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou função

6.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.14 Os disposto nas alíneas "b" e "c" do item 6.12 não impede a contratação direta ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.15 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.16 A vedação de que trata a alínea "h" do item 6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.17 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da a participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação direta.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

7.1. O presente EDITAL ficará **ABERTO PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de publicação no Sitio Oficial do Município e no PNCP

, a proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite, fazendo referência ao Edital de Dispensa nº 0054/2026.

7.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declaração conjuntiva e declaração de ME, conforme modelo constante no Anexo III e IV.

7.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela sua desclassificação.

7.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estimado pela Administração.

7.6. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

a) razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da empresa proponente; número do Edital e Processo de Dispensa;

b) Apresentar proposta comercial, conforme **Anexo II** deste Edital;

c) Na proposta de preços deve conter descrição cada item, marca/modelo de cada item, preço unitário dos itens, valor total de cada item e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

d) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionada com o fornecimento do objeto da presente contratação direta;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) Prazo de entrega/execução do objeto da contratação direta, conforme termo de referência anexo I do edital; data e assinatura devidamente identificadas do proponente sob a denominação ou razão social.

g) Qualificação do representante legal da empresa que, caso vencedora, assinará contrato, se for o caso.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A análise das propostas pelo Departamento de Compras visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujos preços forem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão que autorizou a presente contratação direta;

b) cujo preço total for simbólico ou irrisório, ou manifestamente inexequível;

c) será considerado inexequível aquele preço cuja viabilidade não tenha sido demonstrada, quando requerido.

8.2. Será desconsiderada oferta ou vantagem baseada na proposta das demais a participantes.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

8.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a classificação, com observância do menor preço ofertado para o item.

8.4. Para efeito de seleção será considerado o **GLOBAL.**

8.5. A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério nos termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021

8.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Departamento de Compras procederá à solicitação dos documentos de habilitação da participante que apresentar a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.7. O Departamento de Compras poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.8. Após a negociação, se houver, o Departamento examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o participante será declarado vencedor.

8.10. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desatender as exigências de habilitação, o Departamento de Compras examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

8.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento de recebimento de propostas, a contar da convocação, sob pena de preclusão.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

b.2) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

b.3) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

d) Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retornar-se-ão os procedimentos relativos à Dispensa de contratação direta, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem "d" será declarada a melhor oferta proposta.

9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será habilitada e declarada vencedora.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários à habilitação somente serão exigidos do vencedor, ou seja, da empresa que apresentou a melhor proposta.

9.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados por e-mail no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do Departamento de Compras.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; ou

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CADESP) e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e à Dívida Ativa da União (DAU), administrados pela Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma prevista na Portaria PGFN/RFB número 1.751/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou domicílio da licitante;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF;

f) Certidão de regularidade de débito para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão negativa do pedido de falência.

10. DECLARAÇÕES GERAIS.

10.1 consistente em:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão nos trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **Anexo III (declaração conjunta)**.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

b) Declaração de superveniência de fato impeditivo para sua habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

c) Declaração de que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

d) Declaração assinada pelo responsável da empresa, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito (18) anos, e qualquer trabalho aos menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme **Anexo III (declaração conjunta)**.

e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme artigo 61§1° da Lei Federal 14.133/2021, **Anexo III (declaração conjunta)**.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, **Anexo III (declaração conjunta)**.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.

10.2. Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme anexo **IV**

11. DO PAGAMENTO

Pagamento em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e atesto da nota fiscal pela fiscalização do contrato, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

a) A Nota Fiscal/ Fatura Liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo Fiscal do contrato.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

b) Considera – se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.

c)Constando – se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido o último dia para apresentação da proposta.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, de forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

12.4. De forma presencial por meio de petição que será endereçada à autoridade subscritora do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral do Município, no endereço Praça dos Poderes Municipais, nº57, Centro, Pirapora do Bom Jesus/SP.

12.5. A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:

a) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não conste do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;

b) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;

c) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;

d) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone/fax e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa

12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a gente de contratação durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.II.II.a.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.II.II.a.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.II.II.a.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.II.II.a.4. deixar de apresentar amostra;

1.II.II.a.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.II.II.a.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

V fraudar a licitação

VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.II.II.a.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.II.II.a.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.II.II.a.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

VIII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

V. a natureza e a gravidade da infração cometida.

VI as peculiaridades do caso concreto

VII as circunstâncias agravantes ou atenuantes

VIII os danos que dela provierem para a Administração Pública

IX a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V,VII e VIII a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II

13.10. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V,VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e á imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o

qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2 O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidades insanáveis, de ofício ou por provocação.

14.3 A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, reembolso, restituição.

14.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

14.5 A empresa vencedora, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar os fornecimentos ou a execução dos serviços licitados pelo MUNICÍPIO.

PIRAPORA DO BOM JESUS 17 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Gregório Rodrigues Pontes Maglio

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer**.

JUSTIFICATIVA: A contratação de serviços de arbitragem faz-se necessária, tendo em vista a realização do **Campeonato Municipal de Futsal 2026**, promovido pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer de Pirapora do Bom Jesus, que tem como objetivo estimular a prática esportiva no município, promover a integração social entre os munícipes e proporcionar momentos de lazer e qualidade de vida à população.

O Campeonato Municipal de Futsal configura-se como um importante evento esportivo local, voltado ao incentivo da modalidade entre atletas, equipes e comunidade, contribuindo para o fortalecimento da convivência social, da disciplina, do espírito esportivo e da participação da população nas atividades esportivas promovidas pelo município.

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS

Contratação de serviços de arbitragem para a realização de **48 (quarenta e oito) jogos**, conforme tabela e cronograma oficial do campeonato, no sistema de **jogos corridos**.

A prestação dos serviços deverá contemplar, para cada partida:

- 02 (dois) árbitros;
- 01 (um) mesário;
- Profissionais devidamente habilitados para a execução dos serviços;
- Todos os materiais, equipamentos, encargos, deslocamentos e demais despesas necessárias à completa execução dos serviços.

O serviço deverá ser prestado de acordo com as datas, horários e locais definidos na tabela oficial do campeonato, podendo sofrer ajustes conforme a organização e necessidade da Secretaria.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

2. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços de arbitragem serão realizados na **Arena Payol,** situada na **Rua Benedito Petrone, nº 222 – Parque Payol I – Pirapora do Bom Jesus/SP,** conforme calendário oficial da competição.

3. PRAZO E PERÍODO DE EXECUÇÃO:

A execução dos serviços terá início em **03 de outubro de 2026**, com término previsto para **21 de novembro de 2026**, de acordo com o calendário oficial do Campeonato Municipal de Futsal 2026.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados conforme as datas, horários e quantidade de partidas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer. O recebimento dos serviços será realizado mediante conferência da efetiva prestação da arbitragem nas partidas, considerando a presença dos profissionais, cumprimento dos horários e adequada execução dos serviços. Após a conferência, o responsável pela fiscalização realizará o respectivo atesto para fins de pagamento.

5. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS:

A contratação contempla os serviços de **arbitragem, árbitros e mesários/apontadores**, em quantidade suficiente para atender às partidas previstas no Campeonato Municipal de Futsal 2026, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais capacitados e em número suficiente para a realização das partidas, cumprir os dias e horários estabelecidos, garantir a adequada condução dos jogos de acordo com as regras da modalidade e comunicar previamente qualquer eventualidade que possa comprometer a execução dos serviços.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Compete à Contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, fornecer à Contratada as informações necessárias para a realização das partidas, informar previamente o calendário dos jogos e realizar a conferência e o atesto dos serviços efetivamente prestados.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

8. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado **mediante a efetiva prestação dos serviços**, após a conferência e o atesto pela fiscalização responsável, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.:

9. VIGÊNCIA E PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Foi realizada a conferência do período de execução, de modo a garantir sua compatibilidade com as datas previstas para a realização do Campeonato Municipal de Futsal 2026, com início em 03 de outubro de 2026 e término previsto para 21 de novembro de 2026, conforme calendário oficial da competição.

10. DEMAIS INFORMAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Foram conferidas as demais informações constantes no documento, visando assegurar a clareza, precisão, coerência e compatibilidade com o objeto pretendido, evitando divergências durante o processo de contratação e a execução dos serviços.

Diante do exposto, após as devidas correções e conferências, encaminha-se o processo à Secretaria Municipal de Planejamento e Governo, para prosseguimento das providências necessárias.

Ressaltamos que, assim que tivermos definida a quantidade de equipes participantes, conseguiremos elaborar a tabela oficial e, posteriormente, encaminhá-la a vocês para os devidos ajustes.

O presente Termo de Referência terá vigência até a conclusão do processo de aquisição e entrega total dos materiais, respeitando os prazos estabelecidos.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

A aquisição será realizada de acordo com as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observando-se os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência.

_____

Samille Vieira

Aux. Administrativo

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Cidade, XX de XXXXXXXX de XXXX

Á

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

OBJETO : Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer**.

Item	Quant.	Unid.	Discriminação	Valor Unitário	Valor total
01				R$	R$

VALOR REFERENCIAL LOTE:

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.
Declaramos total concordância com os termos do Edital em referência, e das condições da presente licitação.

Dados do representante legal que assinará a Ata/contrato:

A empresa ..... qualifica o Sr(a)., Pessoa Física inscrita no CPF/MF nº .....e RG. Nº....., data de nascimento ..../...../..... estado civil....., (cargo/função), endereçado a Rua ....., nº. ..... Bairro ..... Cidade de .Estado de..... , com os seguintes endereços eletrônicos: e-mail 1....., e-mail 2.....para assinar a Ata/contrato, caso seja vencedora do certame.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

** ASSINAR E CARIMBAR, FORMA ELETRÔNICA OU DIGITALIZAR**

Validade da Proposta: conforme edital

Condições de Pagamento: conforme edital

Prazo de entrega: conforme edital

Data e assinatura;

Nome do signatário;

Identidade:

CPF:

Endereço: E-mail:

NOME ASSINATURA

CARIMBO DA EMPRESA

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Dispensa Eletrônica nº 0054/2026

Processo Nº 0644/2026

OBJETO : Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer**.

AO

MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

DECLARAÇÃO

A (nome da Empresa), sediada na (endereço completo), vem por meio desta, declarar que:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (item 2.1. "g");

b) superveniência de fato impeditiva para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.;

d) que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no do artigo 14 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalva: empriga menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

e) que a proposta econômica apresentada compreende integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nome do signatário;

Cargo

Identidade:

CPF:

Carimbo da empresa

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO

MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Dispensa Eletrônica nº 0054/2026

Processo Nº 0644/2026

OBJETO : Contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do **Campeonato Municipal de Futsal**, a ser realizado no município de **Pirapora do Bom Jesus**, sob a responsabilidade da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer**.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

_____de___de

Nome do signatário;

Cargo

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº CXXXX/2026

PROCESSO: 0644/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação da equipe técnica para desenvolvimento das ações**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE PIRAPORA DO BOM JESUS.

CONTRATADA: XXXXXXXXXX

VALOR DO CONTRATO: R$ XXXXXXX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Pirapora do Bom Jesus, e a empresa **XXXXXXXXX**

O **Município de Pirapora do Bom Jesus**, neste ato representada por, **Gregório Rodrigues Pontes Maglio** adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXX XXXXXX,** com sede na Rua XXXXXX, n° XXXX – XXXXXX, XXXXXX – XXXXXX – SP, CEP XXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal **XXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade n°XXXXXXXXX XXX/XX e CPF n° XXXXXXXX, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada ou profissional devidamente habilitado para a prestação de serviços de arbitragem esportiva, compreendendo árbitros e apontadores/mesários, destinados à condução, organização e controle das partidas do Campeonato Municipal de Futsal 2026**, realizado no Município de Pirapora do Bom Jesus, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

1.2. A contratação contempla a realização de **48 (quarenta e oito) jogos**, conforme tabela e cronograma oficial do Campeonato Municipal de Futsal 2026.

1.3. Para cada partida deverão ser disponibilizados:

a) 02 (dois) árbitros;

b) 01(um) mesário/apontador;

c) profissionais devidamente habilitados e capacitados para a execução dos serviços;

d) todos os materiais, equipamentos, encargos, deslocamentos e demais despesas necessárias à completa execução do objeto.

1.4. Os serviços deverão ser executados de acordo com as datas, horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, podendo sofrer ajustes conforme a organização e necessidade da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor total do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE.

2.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, deslocamentos, materiais, equipamentos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços.

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

2.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente, conforme dotação indicada no processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

3.1. O presente contrato terá vigência pelo período necessário à execução integral do objeto, com início em **03 de outubro de 2026** e término em **21 de novembro de 2026**, conforme calendário oficial do Campeonato Municipal de Futsal 2026.

3.2. A execução dos serviços observará as datas, horários e locais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

3.3. Eventuais alterações no calendário dos jogos deverão ser previamente comunicadas à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços serão realizados na **Arena Payol**, situada na Rua Benedito Petrone, n° 222, Parque Payol I, Pirapora do Bom Jesus/SP, conforme calendário oficial da competição.

4.2. A CONTRATADA deverá comparecer aos locais de realização das partidas com antecedência suficiente para garantir o início dos serviços nos horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

5.1. Os serviços serão prestados conforme as datas, horários e quantidade de partidas estabelecidas pela CONTRATANTE.

5.2. O recebimento dos serviços será realizado mediante conferência da efetiva prestação da arbitragem nas partidas, considerando:

a) presença dos profissionais designados;

b) cumprimento dos horários estabelecidos;

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

c) disponibilização da quantidade de profissionais prevista;

d) adequada condução dos jogos;

e) cumprimento das regras aplicáveis à modalidade;

f) demais condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

5.3. Após a conferência da execução, o responsável pela fiscalização realizará o respectivo atesto para fins de pagamento.

5.4. A constatação de irregularidades na execução dos serviços poderá ensejar a notificação da CONTRATADA para sua regularização, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e sanções previstas neste contrato e na legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) disponibilizar profissionais capacitados e em número suficiente para a realização de todas as partidas previstas;

b) disponibilizar, para cada partida, 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário/apontador;

c) cumprir rigorosamente os dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer;

d) garantir a adequada condução dos jogos, observando as regras oficiais da modalidade;

e) responsabilizar-se pela seleção, contratação, remuneração e encargos relativos aos profissionais empregados ou utilizados na execução dos serviços;

f) fornecer todos os materiais, equipamentos e recursos necessários à execução dos serviços;

g) responsabilizar-se pelos deslocamentos de seus profissionais até os locais de realização das partidas;

h) comunicar previamente à CONTRATANTE qualquer eventualidade que possa comprometer a execução dos serviços;

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

i) substituir, sempre que necessário e sem prejuízo à execução do objeto, profissional que não possa comparecer à partida previamente programada;

j) manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

k) cumprir as determinações da fiscalização do contrato;

l) responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua atuação, quando comprovada sua responsabilidade;

m) não subcontratar a execução do objeto, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATANTE, quando juridicamente cabível;

n) cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

b) fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para a realização das partidas;

c) informar previamente o calendário dos jogos e eventuais alterações;

d) disponibilizar as informações referentes aos locais, datas e horários das partidas;

e) realizar a conferência dos serviços efetivamente prestados;

f) atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;

g) efetuar o pagamento devido, observadas as condições estabelecidas neste contrato;

h) comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades verificadas na execução do objeto;

i) aplicar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado mediante a efetiva prestação dos serviços, após a conferência e o atesto pela fiscalização responsável, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

8.2. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento e atesto da Nota Fiscal, observadas as condições estabelecidas neste contrato.

8.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF da CONTRATADA e deverá ser devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.4. Considerar-se-á ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.

8.5. Constatada alguma irregularidade na documentação ou na situação da CONTRATADA, esta será notificada por escrito para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.6. O pagamento ficará condicionado à regularidade da documentação exigida e à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Considerando o período de execução do objeto, não haverá reajuste do valor contratado durante a vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela CONTRATANTE.

10.2. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, conferir os serviços efetivamente prestados e realizar os respectivos atestos.

10.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a prática de quaisquer atos que impliquem descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a existência ou não de programa de integridade, nos termos da legislação aplicável.

11.4. A multa poderá ser aplicada nos percentuais previstos no instrumento convocatório e na Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível, com a penalidade de multa.

11.6. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os procedimentos legais e assegurados o contraditório e a ampla defesa quando exigidos.

12.2. Constituem, entre outras, causas para extinção do contrato o descumprimento das obrigações assumidas, a paralisação injustificada dos serviços, o não atendimento às determinações da fiscalização e demais hipóteses previstas na legislação.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1. O presente contrato vincula-se à **Dispensa de Valor nº 0054/2026**, ao Processo Administrativo nº **0644/2026**, ao Termo de Referência, à proposta da CONTRATADA e aos demais documentos que integram o procedimento de contratação.

13.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o edital, seus anexos, o Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplicam-se à execução deste contrato as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como as demais normas legais e regulamentares pertinentes.

14.2. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a legislação aplicável aos contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente instrumento nos meios oficiais e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando exigível, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santana de Parnaíba/SP, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente contrato que não puderem ser solucionadas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pirapora do Bom Jesus, ____ de _____ de 2026.

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

PREFEITO MUNICIPAL
GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

TESTEMUNHAS:

Andrielle Cristina de Aguiar

RG: 47.485.467-x

Malena Palazzolli Ribeiro

RG: 48.958.557-7

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) ***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)***

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

CONTRATADA: **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): Cxxxx/2026.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de assistência a pacientes com feridas agudas e crônicas, nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, com fornecimento de materiais, insumos, profissionais habilitados e capacitação da equipe técnica para desenvolvimento das ações**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

É de exclusiva responsabilidade de o contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: PIRAPORA DO BOM JESUS XX de XXXXX de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

Diário Oficial

2026 I Edição nº 128/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 17/09/2026

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: GREGORIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 287.113.098-14

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Carlos Alberto Soldado

Cargo: Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

Assinatura: _____

PIRAPORA DO BOM JESUS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Samile Vieira Santos

Cargo: Administrativo

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Pirapora do Bom Jesus-SP, 17 de setembro de 2026

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C e informe o código 2BFA-B649-4C6F-D55C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2BFA-B649-4C6F-D55C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 17/09/2026 16:52:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/2BFA-B649-4C6F-D55C